

Relatório e Contas 2014



ÍNDICE

RELATÓRIO.....	3 a 23
MAPAS OBRIGATÓRIOS	24
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	25
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	26
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	27
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2013 E 2014	28
ANEXO	29 a 48
MAPAS COMPLEMENTARES	49
DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2014	50 e 51
MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2014.....	52
CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2014.....	53
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	54 a 56
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	57 a 60



RELATÓRIO

Venerandos Sócios

Em cumprimento dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado trazemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas do exercício relativo ao ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2014.



NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório pretende ser um documento de análise e de avaliação da execução global da Atividade e Orçamento de 2014 do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

I

APRESENTAÇÃO DO COFRE

1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

ANÁLISE NO TRIÊNIO

	Sócios	2012	2013	2014	% 2012/2014
Entradas	Admitidos	701	587	671	-4,28
	Readmitidos	23	20	19	-17,39
	TOTAL	724	607	690	-4,70
Saídas	Eliminados				
	Por incumprimento a)	171	215	212	23,98
	A pedido do sócio b)	485	447	360	-25,77
	Nos termos do Art.º 14º c)	39	0	0	-100,00
	Total Eliminados	695	662	572	-17,70
	Falecidos	841	745	750	-10,82
	TOTAL ELIMINADOS + FALECIDOS	1.536	1.407	1.322	-13,93
	EXISTENTES	51.163	50.363	49.731	-2,80

Quadro I

- a) Apesar da crise a subida não foi significativa;
 b) Conseguimos inverter a situação (os motivos dos pedidos de eliminação são essencialmente financeiros e pessoais);
 c) O número de eliminados nos termos do Art.º 14º foi zero, este facto deveu-se à alteração estatutária ocorrida no sentido de manter os sócios apesar da renda vitalícia.

Como se pode verificar pelo quadro I, a evolução do movimento associativo no triénio em análise, caracterizou-se por um decréscimo do número total de sócios, devido à insuficiência de novas admissões as quais, apesar do trabalho desenvolvido, não colmataram o número de sócios perecidos e eliminados.

1.1. DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR DISTRITOS

A distribuição geográfica dos sócios pelo País corresponde na generalidade à distribuição dos funcionários públicos, com exceção dos distritos de Lisboa e de Setúbal, os quais ultrapassam em dezassete mil duzentos e noventa e um o número de sócios dos restantes distritos.

Distribuição dos sócios por distritos	
Distrito	Nº Sócios
Lisboa	23.400
Setúbal	9.040
Porto	3.737
Santarém	1.803
Coimbra	1.129
Faro	1.125
Portalegre	996
Leiria	981
Aveiro	946
Braga	880
Évora	789
Viseu	758
Castelo Branco	570
Viana do Castelo	460
Vila Real	436
Beja	406
Guarda	358
Ilha da Madeira	282
Bragança	258
Ilha de São Miguel	245
Ilha Terceira	165
Estrangeiro	148
Ilha de Santa Maria	69
Ilha do Faial	55
Ilha do Pico	30
Ilha de São Jorge	14
Ilha das Flores	13
Ilha de Porto Santo	6
Ilha da Graciosa	5
Sócios com morada incompleta	627
	49.731

Quadro II

1.2. DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FAIXAS ETÁRIAS

A distribuição dos associados por faixas etárias apresenta-se conforme o gráfico 1, observando-se o peso percentual também no Quadro III:

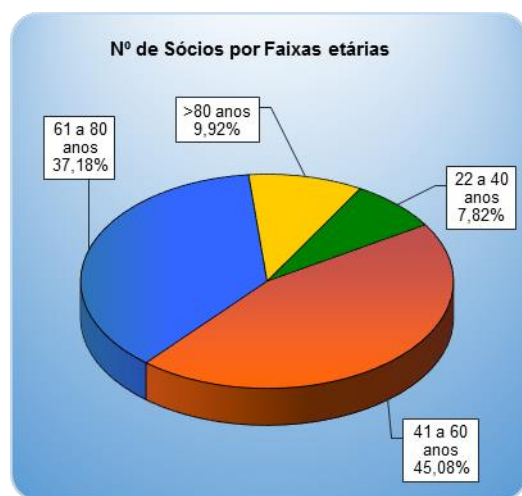


Gráfico 1

	2013		2014	
Idades	Nº Sócios	%	Nº Sócios	%
22 a 40 anos	4.598	9,13	3.890	7,82
41 a 60 anos	23.130	45,93	22.417	45,08
61 a 80 anos	17.842	35,43	18.488	37,18
> 80 anos	4.793	9,51	4.936	9,92
Total	50.363	100,00	49.731	100,00

Quadro III

A contribuição, em sede de quotização anual dos associados indicados no quadro III, corresponde às percentagens ali indicadas ou seja: dos 22 aos 40 anos 7,82 %, dos 41 aos 60 anos 45,08 %, dos 61 até ao associado sénior maior (105 anos) 47,10 %.

1.3. COMUNICAÇÃO COM OS SÓCIOS ATRAVÉS DE SUPORTE INFORMÁTICO

FOLHA INFORMATIVA

A folha informativa é enviada aos associados com endereço eletrónico fornecido pelo próprio. Nos três primeiros trimestres, esta comunicação foi bimensal ou mensal, no último trimestre o Núcleo de Ação Social conseguiu fazê-lo bimensal.

A média por envio foi de 12.875 endereços. Todavia no segundo semestre ultrapassou-se aquele número com o envio de 13.702 registos correspondentes à Folha Informativa n.º 44.

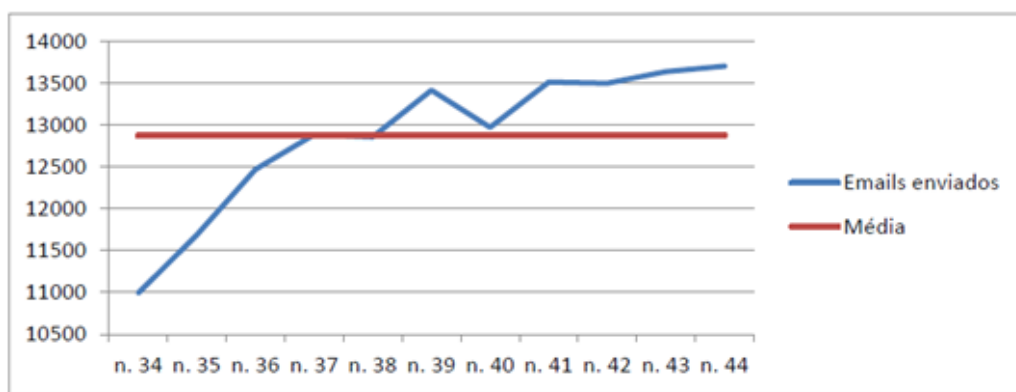


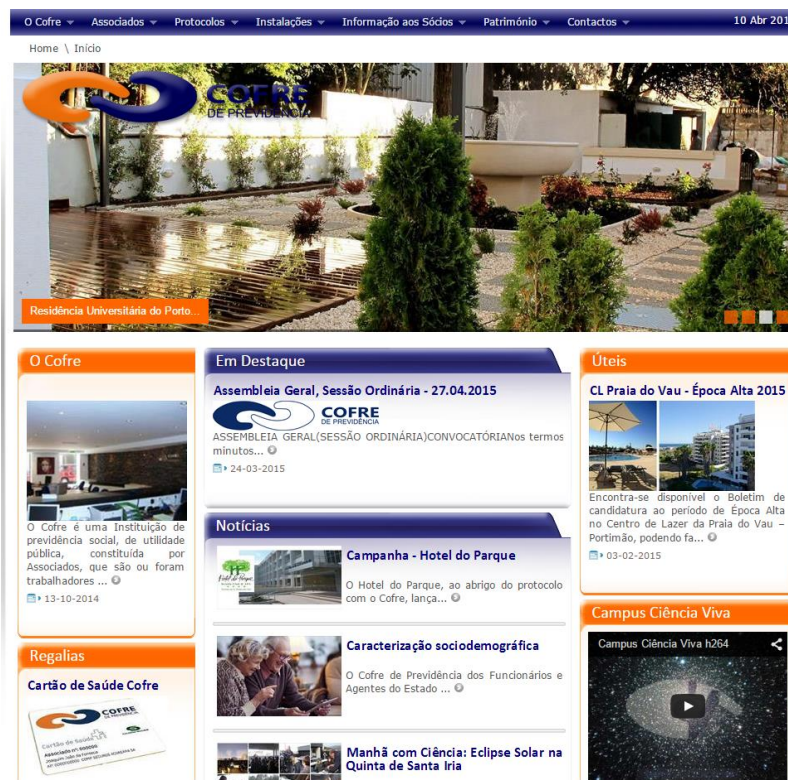
Gráfico 2

A abertura média anual das folhas informativas é de 53,66 %, distribuindo-se por 95,70% através do IP nacional e 4,20% estrangeiro.

SÍTIO

O sítio do Cofre, no ano de 2014, registou uma média mensal de 6.300 visitas únicas, verificando o valor mais elevado durante os meses de Maio a Julho, com uma média de 8.275.

Os acessos únicos (novas visitas) concentram-se maioritariamente em Lisboa, com 62,92 %.



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACESSOS

Percentagem de acessos	
Região	%
Lisboa	62,92
Setúbal	12,80
Porto	6,91
Santarém	2,58
Faro	1,75
Portalegre	1,35
Aveiro	1,31
Évora	1,24
Leiria	1,24
Braga	1,23
Coimbra	1,22
Castelo Branco	1,22
Beja	0,74
Viseu	0,73
Guarda	0,57
Viana do Castelo	0,56
Açores	0,42
Madeira	0,31
Vila Real	0,28
Bragança	0,07
Não identificado	0,55
Total	100,00

Quadro IV

As páginas mais consultadas, excluindo as notícias da página de entrada, incidem nas regalias, formulários, arrendamentos diretos, instalações dos Centros de Lazer (com predominância para o Centro de Lazer da Praia do Vau) e contactos.

2. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS USUFRUÍDOS PELOS SÓCIOS

2.1. REEMBOLSO DE VENCIMENTOS PERDIDOS POR MOTIVO DE DOENÇA

No ano de 2014 foram processados 2.010 reembolsos. Este número correspondeu ao montante atribuído de 365.146,95 €.

Comparativamente com o ano de 2013 verificou-se um aumento de 170.870,05 € (87,95 %).

2.2. BOLSA DE ESTUDO E SÊNIOR

No ano de 2014 foram atribuídas 5 bolsas para o ensino superior, 12 para o ensino secundário e 1 bolsa sênior (os valores mensais são de 250,00 € e 75,00 € para as bolsas do ensino superior e secundário respetivamente para um período temporal de 10 meses e 350,00 € para a bolsa sênior para um período temporal de 12 meses).

2.3. FINANCIAMENTOS AOS SÓCIOS

PARA AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA

No exercício objeto de análise, foram efetuadas 15 escrituras para satisfação de pedidos de financiamento requeridos no total de 753.025,73 €.

Registo de pedidos para a aquisição/construção e transferência de hipoteca	
Ano 2013	
Inscrições	166
Canceladas em 2014	89
Saldo Ano 2014	77
Ano 2014	
Inscrições	177
Saldo Ano 2015	254

Quadro V

ABONOS REEMBOLSÁVEIS

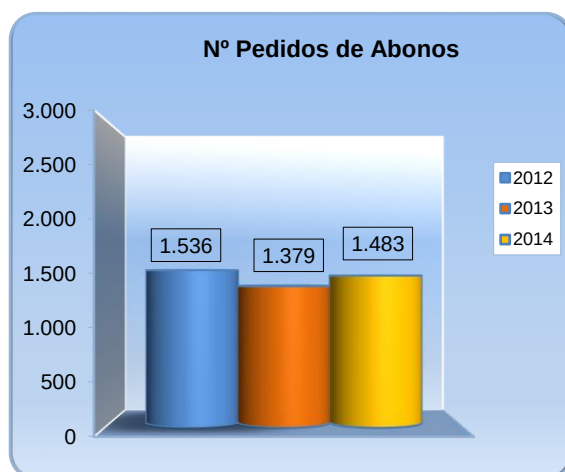


Gráfico 3

ANOS	PEDIDOS	VALOR
2012	1.536	6.068.799 €
2013	1.379	5.622.363 €
2014	1.483	6.670.305 €

Quadro VI

No financiamento em causa, atenderam-se 1.483 pedidos correspondendo a um financiamento no total de 6.670.305 €.

2.4 SUBSÍDIOS POR MORTE

RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS PELO COFRE

Os subsídios por morte vencidos ascenderam no final de 2013 a 124.350.534,76 €. Em 2014, o valor destas responsabilidades subiu para 124.364.730,11€, equivalendo a um crescimento anual de 0,01 %.

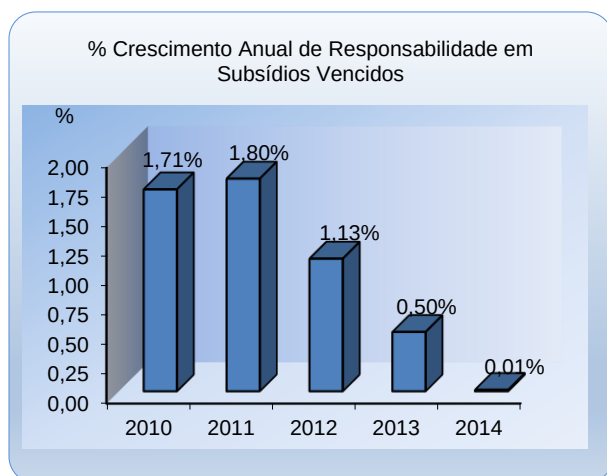


Gráfico 4

Responsabilidades em Subsídios Vencidos

Anos	Valor	%
2010	120.181.783,60	1,71
2011	122.348.895,56	1,80
2012	123.727.293,87	1,13
2013	124.350.534,76	0,50
2014	124.364.730,11	0,01

Quadro VII

O valor médio por sócio no final de 2013 foi de 2.469,09 €, crescendo em 2014 para 2.500,75 €, ou seja um aumento de 1,28 %.

SUBSÍDIOS POR MORTE PROCESSADOS NO ANO

Em 2014, foram conhecidos e concluídos 750 processos de subsídio por morte, no valor total de 580.053,32 €. Relativamente a 2013 houve uma diminuição de 15.071,09 € (-2,53 %).

2.5 RENDAS VITALÍCIAS

No decurso do exercício de 2014 e em conformidade com o Art.º 25º dos Estatutos, 60 associados optaram por transformar o subsídio por morte em renda vitalícia a seu favor, mais 11 do que no ano transato.

2.6 CENTROS DE LAZER

2.6.1. A Unidade de Turismo Rural, na Covilhã, registou 33,69 % de ocupação em 2014, ou seja um aumento de 7,32 % relativamente a 2013.

2.6.2. O Centro de Lazer, na Praia do Vau, registou em 2014 uma média de ocupação mensal de 44,70 %. Em 2013 aquela percentagem foi de 39,58 %, sendo o seu aumento de 5,12 %.

2.7 VIAGENS E TURISMO

Em 2014 setenta e oito associados e oitenta e um familiares beneficiaram do protocolo existente com a Agência de Viagens Abreu

2.8. RESIDÊNCIAS SENIORES

2.8.1. A Residência de Loures registou uma ocupação de 88,40 % da sua capacidade de 51 utentes, ou seja uma diminuição pouco significativa de 0,33 % relativamente a 2013.

2.8.2. A Residência de Vila Fernando, com capacidade para 30 utentes, registou uma ocupação de 93,89 % da capacidade instalada, ou seja mais 16,39 % relativamente a 2013.

II EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES DO COFRE

De entre todas as atividades desenvolvidas destacamos as que, pelo seu peso, merecem aqui referência.

1. QUOTIZAÇÃO

Em 2014 os rendimentos provenientes das quotas registaram uma tendência de crescimento verificado nos últimos anos (quadro VIII). No final do exercício os rendimentos em causa totalizaram 3.371.202,85 (+0,02 %), manteve-se igualmente a tendência de crescimento do valor médio anual/sócio, de 66,93 € para 67,79 € (+1,28 %) neste exercício.

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 46,43 %.

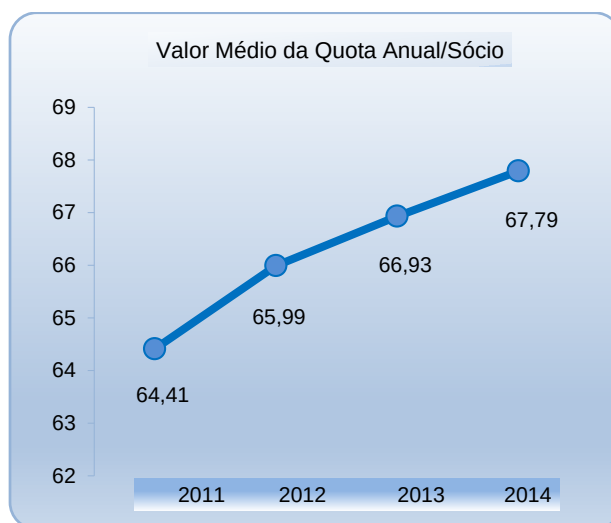


Gráfico 5

A interpretação numérica do gráfico 5 encontra-se no quadro retirado do Mapa de Movimento Associativo e Quotização no fim de cada exercício, como segue no quadro VIII.

EVOLUÇÃO DA QUOTIZAÇÃO EM 1000 €							
ANOS	QUOTIZAÇÃO ANUAL NO INICIO DO EXERCICIO (1)		QUOTIZAÇÃO ANUAL NO FIM DO EXERCICIO			MÉDIA ANUAL QUOTIZAÇÃO/SÓCIO	
	Nº SÓCIOS	VALOR	Nº SÓCIOS	VALOR	% CRESCIM.	VALOR	% CRESCIM.
2010	52.944	3.273,26	52.453	3.294,64	2,28%	0,06281	3,24%
2011	52.453	3.329,04	51.975	3.347,93	1,62%	0,06441	2,55%
2012	51.975	3.368,74	51.163	3.376,47	0,85%	0,06599	2,45%
2013	51.163	3.381,26	50.363	3.370,56	-0,18%	0,06693	1,41%
2014	50.363	3.374,22	49.731	3.371,20	0,02%	0,06779	1,28%
2015	49.731	3.391,47	-	-	-	-	-

(1) - Corresponde à quotização de 31 de Dezembro do exercício anterior, de acordo com a estrutura existente (Mapa de Movimento Associativo e Quotização)

Quadro VIII

2. FINANCIAMENTOS

O financiamento direto à aquisição de habitação e obras de beneficiação foi de 753.025,73 €.

O financiamento de outras despesas através dos “subsídios reembolsáveis” revelou um aumento em número de pedidos (+104) e ao montante concedido (+1.047.942 €).

O rendimento global desta atividade foi no montante de 1.550.499,23 €, traduzindo um acréscimo de 2,20% em relação ao ano de 2013.

3. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

No ano de 2014 o rendimento resultante das Residências Seniores e Universitárias, Unidade de Turismo Rural da Covilhã e Centros de Lazer do Vau ascenderam a 1.574.197,69 €, mais 189.359,14 € relativamente a 2013 (+13,67 %). (quadro IX e IX (a)).

O peso percentual desta atividade no conjunto dos rendimentos do Cofre é de 21,68 %.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor	%
Residência para Seniores - Loures	532.118,38	33,80
Residência para Seniores - Vila Fernando	313.709,72	19,93
Centro de Férias - Vau	439.667,54	27,93
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	206.995,47	13,15
Residência Universitária - Porto	20.760,43	1,32
Residência Universitária - Lisboa	60.946,15	3,87
Total	1.574.197,69	100,00

Quadro IX

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2013	2014	%
Residência para Seniores - Loures	544.265,63	532.118,38	-2,23
Residência para Seniores - Vila Fernando	261.251,41	313.709,72	20,08
Centro de Férias - Vau	384.624,09	439.667,54	14,31
Unidade de Turismo Rural - Covilhã	160.555,38	206.995,47	28,92
Residência Universitária - Porto	4.085,92	20.760,43	408,10
Residência Universitária - Lisboa	30.056,12	60.946,15	102,77
Total	1.384.838,55	1.574.197,69	13,67

Quadro IX (a)

4. ARRENDAMENTO DE PRÉDIOS

Em 2014, a atividade relacionada com o arrendamento urbano diminuiu em relação ao ano anterior. O peso percentual desta atividade no conjunto é de 4,47 %.



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Neste Relatório, tal como nos anteriores, analisamos o desempenho de gestão e suas repercussões na situação económica e financeira do Cofre por comparação com valores obtidos em exercícios anteriores. Esta análise assenta em 4 pontos básicos:

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES
2. CRESCIMENTO
3. RENTABILIDADE
4. RESERVAS MATEMÁTICAS

Sendo a análise construída por comparação com valores de exercícios anteriores, importa sustentar a construção das peças integrantes das Demonstrações Financeiras, em consonância com os conceitos de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), principalmente os “Mapas” que apuram os resultados dos factos ocorridos durante o exercício económico.

1. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS DAS ATIVIDADES

1.1. RENDIMENTOS E GANHOS

RENDIMENTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	QUOTAS	RENDAS PROPRIEDADES INVESTIMENTO	JUROS*	OUTROS**	TOTAL
SEDE	15.481,27	3.371.202,85	0,00	1.700.047,35	275.201,43	5.361.932,90
RESIDÊNCIA SENIOR DE LOURES	532.118,38	0,00	0,00	0,00	0,00	532.118,38
RESIDÊNCIA SENIOR DE VILA FERNANDO	313.709,72	0,00	0,00	0,00	0,00	313.709,72
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	20.760,43	0,00	0,00	0,00	0,00	20.760,43
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	60.946,15	0,00	0,00	0,00	0,00	60.946,15
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	439.667,54	0,00	0,00	0,00	0,00	439.667,54
UNID. TURISMO COVILHÃ	206.995,47	0,00	0,00	0,00	0,00	206.995,47
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	324.298,68	0,00	0,00	324.298,68
TOTAL	1.589.678,96	3.371.202,85	324.298,68	1.700.047,35	275.201,43	7.260.429,27

*Inclui juros de financiamento e das aplicações financeiras e depósitos a prazo.

**Inclui proveitos: subsídios prescritos, correções de exercícios anteriores e reversões de imparidades que ascendem a 110.981,67€

Quadro X

RENDIMENTOS E GANHOS - COMPARAÇÃO 2013 E 2014

Rendimentos e ganhos	2013	2014	Variação %
Vendas e Prestações serviços	1.405.493,75	1.589.678,96	13,10
Quotas	3.370.563,24	3.371.202,85	0,02
Rendas de propriedades de investimento	340.520,27	324.298,68	-4,76
Juros	1.663.424,94	1.700.047,35	2,20
Outros	224.871,79	275.201,43	22,38
Total	7.004.873,99	7.260.429,27	3,65

Quadro XI

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RUBRICA PARA O RENDIMENTO GLOBAL

Designação	2013	2014
Vendas e Prestações serviços	20,06	21,90
Quotas	48,12	46,43
Rendas de propriedades de investimento	4,86	4,47
Juros	23,75	23,41
Outros	3,21	3,79
Total	100,00	100,00

Quadro XII

Os valores percentuais de seguida referidos são calculados relativamente ao total de rendimentos.

1.1.1. Os rendimentos relativos a “Vendas e Prestações de Serviços” realizadas nas Residências Seniores e Universitárias, Centros de lazer da Covilhã e Centro de Lazer do Vau e comissões auferidas ascendem a 1.589.678,96 €, correspondendo a 21,90 % do total global dos rendimentos.

1.1.2. O valor de “Quotas” ascendeu a 3.371.202,85 €, representando 46,43 % do total global dos rendimentos.

1.1.3. As rendas dos imóveis contribuíram com 324.298,68 €, correspondendo a 4,47 % do total global dos rendimentos. A razão do rendimento apresentar um valor pouco significativo explica-se pelo montante baixo das rendas antigas as quais, devido ao baixo rendimento das pensões ou aposentações dos arrendatários, ainda não foram atualizadas.

Nos rendimentos provenientes de “propriedades de investimento”, estão também incluídas as lojas do Centro de Lazer do Vau.

1.1.4. O apoio financeiro aos associados é variável em função do financiamento concedido, para aquisição de habitação própria, obras e abonos reembolsáveis. O conjunto desta atividade acrescido dos juros obtidos (depósitos a prazo) representa 23,41 % do total global dos rendimentos.

1.2. GASTOS

Os gastos diretamente relacionados com as atividades operacionais constam do seguinte quadro:

GASTOS POR NATUREZA / / ATIVIDADES	FORNEC. E SERVIÇOS EXTERNOS	GASTOS C/PESSOAL	GASTOS DE DEP. E AMORT. DE BENS	GASTOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	ENCARGOS COM PROP. INVEST.	OUTROS	JUROS	TOTAL
SEDE	607.732,26	1.361.122,69	128.834,99	2.697.226,80	0,00	1.389.866,98	169,84	6.184.953,56
RESIDÊNCIA SENIOR DE LOURES	287.192,51	582.009,47	151.932,66	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021.134,64
RESIDÊNCIA SENIOR DE VILA FERNANDO	195.792,85	268.220,06	70.601,29	0,00	0,00	0,00	0,00	534.614,20
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	16.672,27	20.534,20	32.324,31	0,00	0,00	0,00	0,00	69.530,78
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	29.541,17	64.831,31	37.723,98	0,00	0,00	0,00	0,00	132.096,46
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	105.159,29	142.794,21	193.451,28	0,00	0,00	0,00	0,00	441.404,78
UNID. TURISMO COVILHÃ	167.285,54	179.764,06	235.201,93	0,00	0,00	0,00	0,00	582.251,53
PROPRIEDADES DE INVEST.	0,00	0,00	150.065,40	0,00	54.204,53	0,00	0,00	204.269,93
TOTAL	1.409.375,89	2.619.276,00	1.000.135,84	2.697.226,80	54.204,53	1.389.866,98	169,84	9.170.255,88

a) Nesta rubrica estão também incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social

b) Nesta rubrica está incluído o reforço das imparidades para as dívidas de cobrança duvidosa

Quadro XIII

GASTOS COMPARAÇÃO 2013 E 2014

Gastos	2013	2014	Variação %
Fornecimento e serviços externos	1.360.565,40	1.409.375,89	3,59
Gastos com o pessoal	2.500.849,21	2.619.276,00	4,74
Gastos de depreciação e amortização de bens	1.052.347,28	1.000.135,84	-4,96
Gastos de previdência social	1.345.740,12	2.697.226,80	100,43
Encargos com propriedades de investimento	80.218,02	54.204,53	-32,43
Juros	12.096,60	169,84	-98,60
Outros	1.143.502,79	1.389.866,98	21,54
Total	7.495.319,42	9.170.255,88	22,35

XIV

COMPARTICIPAÇÃO DE CADA RÚBRICA NOS GASTOS GLOBAIS

Designação	2013	2014
Fornecimento e serviços externos	18,15	15,37
Gastos com o pessoal	33,37	28,56
Gastos de depreciação e amortização de bens	14,04	10,91
Gastos de previdência social	17,95	29,41
Encargos com propriedades de investimento	1,07	0,59
Juros	0,16	0,00
Outros gastos	15,26	15,16
Total	100,00	100,00

Quadro XV

Os números apresentados merecem-nos os seguintes explicações:

1.2.1. Os “Fornecimentos e serviços externos” onde se incluem a eletricidade, água, gás, conservação e reparação e outros gastos essenciais ao exercício das atividades, totalizam 1.409.375,89 € correspondendo a 15,37 % do total dos gastos.

Comparativamente com 2013 verificamos um acréscimo de 3,59 % devido à alteração da periodicidade da revista de trimestral para bimensal.

1.2.2. Os “Gastos com o pessoal” somam 2.619.276,00€, representando 28,56 % do total dos gastos. Esta rubrica é das mais influentes no total dos gastos e sofreu em 2014 um aumento de 4,74 %, pelo aumento de contratações nos períodos sazonais nos Centros de Lazer do Vau e da Covilhã.

1.2.3. As “Amortizações” correspondem às depreciações dos bens móveis e imóveis, que representam 10,91% do total dos gastos; houve uma diminuição de 4,96 %, pelo facto de muito software ter ficado totalmente amortizado em 2013 nos Serviços Administrativos.

1.2.4. Os “Gastos p/ benefícios de previdência social” são os gastos com subsídios por morte, reembolsos de vencimentos perdidos por doença que, entre outros, totalizam 2.697.226,80 € representando 29,41 % do total global dos gastos. Nos gastos de previdência social estão incluídos os reforços da provisão calculada com base em estudo atuarial (1.618.802,85 € em 2014 e 527.813,00 € em 2013).

1.2.5. A rubrica de outros gastos inclui a imparidade (ajustamento) para as dívidas de cobrança duvidosa, que no exercício de 2014 aumentaram 1.002.122,55 €. Este aumento significativo, deveu-se à alteração do lançamento contabilístico da maioria dos processos de dívida de habitação que passaram a estar refletidos nas contas das dívidas em contencioso.

RESULTADOS DAS ATIVIDADES

RENDIMENTOS E GASTOS POR NATUREZA / ATIVIDADES	RENDIMENTOS/GANHOS	GASTOS	RESULTADO	RESULTADO	Variação valor
			2013	2014	
SEDE	5.361.932,90	6.184.953,56	542.944,50	-823.020,66	-1.365.965,16
RESIDÊNCIA SENIOR DE LOURES	532.118,38	1.021.134,64	-476.500,31	-489.016,26	-12.515,95
RESIDÊNCIA SENIOR DE VILA FERNANDO	313.709,72	534.614,20	-244.258,88	-220.904,48	23.354,40
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA PORTO	20.760,43	69.530,78	-54.980,95	-48.770,35	6.210,58
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA LISBOA	60.946,15	132.096,46	-57.825,65	-71.150,31	-13.324,66
CENTRO DE FÉRIAS (VAU)	439.667,54	441.404,78	-60.112,17	-1.737,24	58.374,95
UNID. TURISMO COVILHÃ	206.995,47	582.251,53	-260.473,02	-375.256,06	-114.783,04
PRÉDIOS DE RENDIMENTO	324.298,68	204.269,93	120.761,05	120.028,75	-732,3
TOTAL	7.260.429,27	9.170.255,88	-490.445,43	-1.909.826,61	-1.419.381,18

Quadro XVI

O quadro acima apresentado mostra-nos os resultados das diversas atividades desenvolvidas pelo Cofre em 2014, comparadas com as do ano de 2013 e apresentando a sua variação.

Os números apresentados merecem-nos as seguintes explicações:

1.2.6. Na Sede a variação é negativa no montante de 1.365.965,16 €. Esta variação é resultado do reforço da provisão das dívidas de sócios no total de 1.002.122,55 € bem como da indemnização contratual no valor de 285.000,00 € pela rescisão do contrato de arrendamento da loja do prédio da Rua da Prata.

1.2.7. A Residência de Loures apresenta igualmente uma variação negativa 12.515,95 €. Este resultado é justificado pela diminuição dos rendimentos resultante da diminuição da ocupação da residência.

1.2.8. A residência de Vila Fernando apresentou um resultado menos negativo, que se deveu ao aumento das prestações de serviços pelo aumento da ocupação.

1.2.9. O Centro de Lazer da Covilhã apresentou uma evolução negativa em virtude do início da amortização dos edifícios do Campo de Ciência Viva e de diverso equipamento adquirido para o observatório, planetário e auditório.

1.2.10. O Centro de Lazer do Vau apresentou um resultado praticamente equilibrado devido ao aumento da ocupação que passou de 39,58 % para 44,70 %.

1.2.11. No que se refere aos “Prédios de Rendimentos”, registou-se uma descida pouco significativa pela descida dos valores de algumas rendas.

2. CRESCIMENTO

2.1. RENDIMENTOS

2.1.1. A quotização em 2014 representou 3.371.202,85 €, contribuindo com 46,43 % para o total dos rendimentos. Houve um decréscimo, em termos percentuais, que foi de 1,69 % relativamente a 2013.

2.1.2. As “Prestações de serviços” em 2014 totalizaram 1.587.972,45 €, verificando-se uma variação positiva de 12,98 %, relativamente ao ano 2013, sobretudo pelo aumento da ocupação no Centro de Lazer da Vau e nas Residências Universitárias.

2.1.3. Os resultados das aplicações financeiras efetuadas mostram-nos um resultado negativo de 22,01 %, correspondendo esta percentagem à variação entre 72.923,27 € do ano de 2014 e 93.505,42 € do ano de 2013, a qual se deveu à diminuição das taxas de juros.

2.1.4. Nos Apoios financeiros estão englobados os empréstimos para aquisição de habitação e para obras e ainda os abonos reembolsáveis, a sua variação foi positiva em 2,20 %, o qual corresponde à diferença entre o rendimento obtido no ano de 2013 e de 2014, no montante de 33.380,12 €, tal facto deve-se à subida do número de empréstimos concedidos em abono reembolsáveis.

2.1.5. Em consequência da valorização dos Títulos da Dívida Pública, reconheceu-se o correspondente ganho no montante de 86,197,04 €. O Fundo de Tesouraria teve igualmente um comportamento de valorização, levando à redução da provisão existente no valor de 896,29 €.

2.2. GASTOS

2.2.1. Os “Gastos com o pessoal” aumentaram em 2014, pois em 2013 o valor foi de 2.500.849,21 e em 2014 aumentou para 2.619.276,00 €. Esta variação deveu-se ao aumento de contratações de funcionários para os períodos sazonais nos Centros de Lazer.

2.2.2. As “Imparidades de dívidas a receber” resultaram do aumento das dívidas consideradas de cobrança duvidosa. Reforçou-se a imparidade no montante de 1.002.122,55 €. Este ajustamento inclui as dívidas de cartão de saúde referentes à anuidade de 2013/2014, cujo valor foi de 15.282,71 €.

2.2.3. A provisão para a responsabilidade dos “Gastos de previdência social” aumentou de 477.268,00 € em 2013 para 1.618.802,85 € situação que decorre do estudo atuarial efetuado. Admite-se que tais responsabilidades tenham tendência crescente face à evolução, das taxas de juro, ainda que estejam em causa operações de médio e longo prazo.

Está representada no gráfico 6 a repartição entre gastos e proveitos dos três últimos anos, cujas razões de crescimento/abrandamento das duas componentes – gastos e proveitos- anteriormente apresentados.

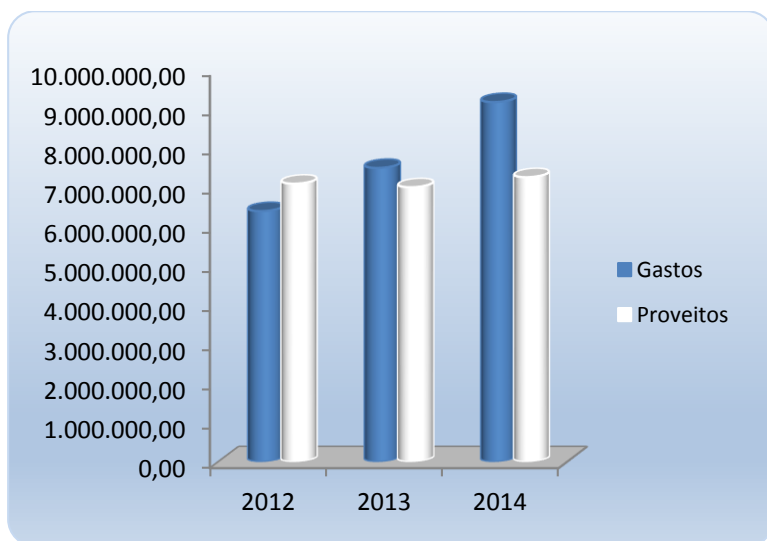


Gráfico 6

ANOS	GASTOS	PROVEITOS
2012	6.397.883,74	7.095.321,41
2013	7.495.319,42	7.004.873,99
2014	9.170.255,88	7.260.429,27

Quadro XVII

3. RENTABILIDADE

De referir que as rendibilidades são calculadas em função do valor dos investimentos envolvidos ou da média anual de capitais disponíveis.

3.1.

A rendibilidade bruta da quotização, em relação à média das responsabilidades em subsídios por morte inscritos, continua a situar-se em 2,71 %. Deduzindo-se os gastos de Previdência Social, aquela rendibilidade desce para 0,54 %.

3.2.

A remuneração bruta dos Financiamentos à habitação e outras despesas, calculadas em função da média dos capitais envolvidos, teve um resultado positivo correspondente a 5,17 %.

3.3.

Os Títulos de Dívida Pública geraram um rendimento anual semelhante ao do ano anterior, mas o seu peso no Resultado tem reduzida expressão.

4. RESERVAS MATEMÁTICAS (1)

No ano de 2014, foi reforçada a provisão e incorporada nos “Gastos de previdência social” para cobrir as responsabilidades em subsídios por morte e rendas vitalícias, de acordo com os valores apontados no estudo atuarial à data de 31 de Dezembro de 2014, ou seja:

Referente a subsídios por morte	11.950.602,41 €
Referente a rendas vitalícias	313.567,38 €

Em conclusão:

4.1

Tendo sido referidos os comportamentos e efeitos na formação dos Resultados das rubricas mais significativas, acresce dizer que o Resultado Líquido do Exercício foi de menos 1.909,826,61 €. Esta diminuição reflete, no essencial, o aumento do “Reforço de ajustamento de dívidas de sócios” no valor de 1.002.122,55 €, a indemnização contratual pela rescisão do contrato de arrendamento com arrendatário Oliveira & Pinto, Lda. no valor de 285.000,00 € e o reforço da provisão para a responsabilidade dos “Gastos de previdência social” que aumentaram 1.090.989,85 € de 2013 para 2014.

IV

A CONCRETIZAÇÃO DE 2014 E A PREVISÃO PARA O ANO DE 2015

No último ano de atividade apesar das dificuldades todos constatámos o crescimento do Cofre nas suas diferentes áreas, nos ativos, na responsabilidade, trabalho, dedicação e até no resultado do exercício. Na verdade e como podem constatar este ano o resultado líquido é igualmente negativo 1.909.826,61€, apesar da racionalização dos custos (gastos) para a qual contribuiu a central de compras e as horas extraordinárias exceto as indispensáveis, como foi o caso das Residências Seniores.

Todavia tal facto, apesar de merecer da parte do Conselho preocupação, uma especial atenção e obviamente não nos deixar satisfeitos, tem uma explicação, os gastos responsáveis por este resultado têm sobretudo a ver, não só com o pessoal, mas também com os benefícios de previdência social, com a indemnização paga ao anterior proprietário da Rua da Prata e com o ajustamento contabilístico para as dívidas de cobrança duvidosa.

A delicada situação económica vigente no País, à qual o Cofre, não está imune, como já nos referimos algumas vezes deve consubstanciar em todos nós uma vontade ainda mais forte para a ultrapassar. No Cofre sentimo-la em todas as áreas, com exceção nos nossos Centros de Lazer, onde não se verificou o afastamento previsível, mas sim o aumento das visitas por parte dos nossos associados dos aludidos centros.

Tal facto deveu-se ao trabalho desenvolvido em geral e para a nossa comunidade mais desfavorecida em particular, às campanhas efetuadas, à diminuição do custo dos apartamentos, à oferta na restauração e a uma maior leque nas atividades oferecidas.

O aumento do apoio financeiro através dos variados mecanismos colocados a disposição de todos, o apoio social e a solidariedade do Cofre foram uma realidade, dinamizámos e divulgámos mais os nossos benefícios, as nossas ofertas não só através da nossa revista Cofre, mas também no nosso sítio na net e no facebook.

Apesar do atraso verificado nas obras da Quinta de Santa Iria onde se verificou o seu embargo provocando um prejuízo incalculável na atividade do Campus de Ciência Viva. Hoje, com todas as dificuldades, é uma realidade a utilização do observatório, planetário e auditório apesar de ainda não se encontrar na programação das escolas devido ao aludido atraso.

A regularização da área agrícola junto do Ministério da Agricultura, a qual estava na esfera do antigo caseiro João e do anterior prestador de serviços, já está concluída assim como fornecimento, em nome do Cofre, do gasóleo verde nos trabalhos agrícolas, o qual é mais um benefício económico para o Cofre.

Este facto e outros devem-se essencialmente à implantação de uma nova cultura de trabalho, de gestão, de uma maior proximidade aos trabalhadores por parte do Conselho de Administração, bem como dos locais onde dispomos de empreendimentos e de uma visão estratégica para o futuro.

O ano de 2015, apesar do desenvolvimento da economia nacional apontar para valores percentuais muito baixos e das dificuldades por esse facto previstas, para as nossas áreas as perspectivas no primeiro trimestre foram animadoras, esperemos que assim continuem.

O nosso pensamento tem de continuar positivo, filosofia essencial para o esforço na continuidade do trabalho e nas estratégias para o desenvolvimento do Cofre na sua valoração e na proteção de todos, principalmente os mais desfavorecidos.

Como dissemos, apesar das dificuldades, será mais um desafio para vencer investindo na melhoria dos benefícios, na prestação dos nossos serviços nas nossas Residências Sénior, Universitárias e Centros de Lazer, continuar a ajudar os nossos descendentes na educação e na formação, minorar as dificuldades dos mais necessitados.

Para isso é fundamental a ajuda de todos os Associados e Colaboradores, unidos naturalmente seremos mais fortes e assim conseguiremos honrar os objetivos sociais da nossa secular Instituição.

A materialização dos objetivos traçados no início de 2014, apesar das dificuldades, não teria sido possível sem a contribuição, empenho, esforço e dedicação de todos, Trabalhadores, Fornecedores e Prestadores de Serviços distribuídos pelas várias áreas.

Aqui deixamos expresso o nosso agradecimento e um incentivo muito forte para assim continuarem.

Cofre, no dia 7 de Abril do ano de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

AMÉRICO TOMÉ JARDIM

VÍTOR CALADO LUZ

MARIA MANUELA CHARRUA FRANCO

FRANCISCO MANUEL FELICIANO PINTUS

MARIA CATARINA GONÇALVES DOS SANTOS

MAPAS OBRIGATÓRIOS

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE
2013 E 2014

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade Monetária Euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos Fixos Tangíveis	7	24.899.967,82	24.858.442,29
Propriedades de Investimento	8	6.696.140,67	5.670.209,66
Ativos Intangíveis	9	10.787,23	20.073,52
Investimentos Financeiros	12.5	384.002,89	296.909,56
Associados	12.1	26.091.814,53	25.516.235,23
		58.082.713,14	56.361.870,26
ATIVO CORRENTE			
Clientes	12.1	120.076,72	149.904,78
Estado e Outros Entes Públicos	13	4.309,72	0,00
Associados	12.1	4.767.226,56	5.292.327,20
Outras Contas a Receber	12.1	191.457,60	174.867,98
Diferimentos	14	108.740,48	117.779,19
Caixa e Depósitos Bancários	4	3.946.618,76	5.054.059,17
		9.138.429,84	10.788.938,32
Total do Ativo		67.221.142,98	67.150.808,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	15	51.221.341,22	51.711.786,65
Outras Variações no Fundos patrimoniais	15	3.427.415,03	3.428.885,37
		54.648.756,25	55.140.672,02
Resultado Líquido do Período		-1.909.826,61	-490.445,43
		-1.909.826,61	-490.445,43
Total do Fundo de Capital		52.738.929,64	54.650.226,59
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	11	12.406.092,85	10.787.290,00
		12.406.092,85	10.787.290,00
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12.2	217.394,43	156.642,14
Adiantamentos de Clientes	12.2	16.190,39	15.672,77
Estado e Outros Entes Públicos	13	122.676,34	89.876,30
Associados	12.2	632.277,57	587.897,53
Financiamentos Obtidos	12.4	26.210,62	24.487,61
Diferimentos	14	195.217,94	196.393,42
Outras Contas a Pagar	12.2	866.153,20	642.322,22
		2.076.120,49	1.713.291,99
Total do Passivo		14.482.213,34	12.500.581,99
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		67.221.142,98	67.150.808,58

A Técnica Oficial de Contas*Gisela Carvalho Pinto Martins*

TOC nº 73,248

O Conselho de Administração*Américo Tomé Jardim**Francisco Manuel Feliciano Pinteus**Vitor Calado Luz**Maria Catarina Gonçalves dos Santos**Maria Manuela Charrua Franco*

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	10	1.589.678,96	1.405.493,75
Fornecimentos e serviços externos	16	-1.409.375,89	-1.360.565,40
Gastos com o pessoal	17	-2.619.276,00	-2.500.849,21
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	12.3	-1.002.122,55	-806.538,40
Outras imparidades (perdas/reversões)	12.5	110.981,67	80.263,34
Outros rendimentos e ganhos	10	3.859.721,29	3.839.333,67
Outros gastos e perdas	18	-3.139.175,76	-1.746.564,24
Resultados antes de depreciação		-2.609.568,28	-1.089.426,49
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7/8/9	-1.000.135,84	-1.052.347,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3.609.704,12	-2.141.773,77
Juros e rendimentos similares obtidos	10	1.700.047,35	1.663.424,94
Juros e gastos similares suportados		-169,84	-12.096,60
Resultados antes de impostos		-1.909.826,61	-490.445,43
Imposto sobre o rendimentos do período			
Resultado líquido do período		-1.909.826,61	-490.445,43
		-1.909.826,61	-490.445,43

A Técnica Oficial de Contas

Gísela Carvalho Pinto Martins

TOC nº 73.248

O Conselho de Administração

Américo Tomé Jardim

Francisco Manuel Feliciano Pinteus

Vitor Calado Luz

Maria Catarina Gonçalves dos Santos

Maria Manuela Charrua Franco

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes/associados		12.569.188,26	13.742.059,93
Pagamentos a clientes/associados		-7.949.864,98	-6.537.994,92
Pagamentos a fornecedores		-1.799.195,61	-1.746.226,11
Pagamentos ao pessoal		-1.845.183,25	-1.710.609,12
Caixa gerada pelas operações		974.944,42	3.747.229,78
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-746.482,24	-1.005.728,40
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		228.462,18	2.741.501,38
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-872.065,24	-1.853.304,01
Ativos intangíveis		-1.349,38	-3.379,45
Propriedades de investimento		-825.611,41	-181.469,86
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Rendas de propriedades de investimento		291.438,61	306.742,04
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		71.684,83	108.121,78
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.335.902,59	-1.623.289,50
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-2.700.000,00
Juros e gastos similares			-34.349,10
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-2.734.349,10
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1.107.440,41	-1.616.137,22
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5.054.059,17	6.670.196,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.946.618,76	5.054.059,17

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2013

UNIDADE MONETÁRIA EUROS

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013 6	15	51.014.348,98	0,00	0,00	3.425.625,35	697.437,67	55.137.412,00
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial					3.260,02		3.260,02
	7	0,00	0,00	0,00	3.260,02	0,00	3.260,02
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 8	15					(490.445,43)	(490.445,43)
RESULTADO EXTENSIVO 9 = 7 + 8	15					(490.445,43)	(487.185,41)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		697.437,67				(697.437,67)	0,00
	10	697.437,67	0,00	0,00	0,00	(697.437,67)	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013 6 + 7 + 8 + 10	15	51.711.786,65	0,00	0,00	3.428.885,37	(490.445,43)	54.650.226,59

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2014

RUBRICAS	NOTAS	Fundos	Reservas	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 6	15	51.711.786,65	0,00	0,00	3.428.885,37	-490.445,43	54.650.226,59
ALTERAÇÕES DO PERÍODO							
Realização do excedente de revalorização dos activos fixos tangíveis e intangíveis							0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							0,00
Outras alterações reconhecidas no fundo patrimonial					(1.470,34)		(1.470,34)
	7	0,00	0,00	0,00	(1.470,34)	0,00	(1.470,34)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO 8	15					(1.909.826,61)	(1.909.826,61)
RESULTADO EXTENSIVO 9 = 7 + 8	15					(1.909.826,61)	(1.911.296,95)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							0,00
Subsídios, doações e legados							0,00
Outras operações		(490.445,43)				490.445,43	0,00
	10	(490.445,43)	0,00	0,00	0,00	490.445,43	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 6 + 7 + 8 + 10	15	51.221.341,22	0,00	0,00	3.427.415,03	(1.909.826,61)	52.738.929,64

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Designação da entidade:

Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado.

1.2. Sede:

Rua do Arsenal, Letra F

1112-803 Lisboa

1.3. NIPC:

500 969 442

1.4. Natureza da atividade:

O Cofre é uma Instituição de previdência social, de utilidade pública, constituída por Associados, que são ou foram trabalhadores da função pública.

De entre as atribuições do Cofre salienta-se: “Criar e desenvolver centros de lazer contemplando componentes culturais e desportivas, de assistência materno-infantil e escolar, residências para estudantes e para seniores, bem como centros de dia e outros equipamentos cujo objetivo vise a integral realização social, económica, de saúde e cultural do sócio”.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Cofre e de acordo com o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

-Decreto-Lei nº. 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL);

-Portaria nº. 105/2011, de 14 de março, que aprova os modelos das demonstrações financeiras;

-Portaria 106/2011, de 14 de março, que aprova o Código de Contas Específico para as ESNL;

-Aviso nº. 6726-B/2011 que publica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL. (NCRF-ESNL).

O conjunto dos normativos que integram o ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2012. Em 2010 e 2011 o Cofre adotou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2009.

2.2. Indicação e justificação de disposições do SNC que, excecionalmente, tenham sido derogadas e respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

A informação financeira apresentada foi preparada de acordo com o referencial acima referido, não existindo quaisquer derrogações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Cofre, de acordo com a norma contabilísticas e de relato financeiro para as ESNL, e de um modo geral utilizando o custo histórico como base de mensuração.

a) Ativos Fixos Tangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação

são reconhecidas como gasto à medida que são incursas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

ii) Métodos de depreciação usados

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para uso, calculados segundo o método da linha recta com base na taxa anual. Os terrenos não são depreciados.

iii) Vidas úteis estimadas

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 15

A vida útil estimada é objeto de avaliação anual.

b) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendimentos ainda que se destinem, essencialmente, a uso dos associados. São mensuradas ao custo deduzido de depreciação e perdas por imparidade. Na transição para o SNC foram consideradas as quantias anteriormente reavaliadas com base em coeficientes de desvalorização monetária como sendo o custo de tais ativos.

Os custos suportados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre a propriedade são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As depreciações das propriedades de investimento são reconhecidas a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização e calculadas com base no método da linha recta e taxa anual.

As vidas úteis estimadas, que são anualmente objeto de avaliação, são as seguintes:

Propriedades de investimento	Número de anos
Edifícios e outras construções	50

Os terrenos não são objeto de depreciação.

c) Ativos Intangíveis

i) Critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta

O reconhecimento dos ativos intangíveis está sujeito aos requisitos da identificabilidade, do poder de controlar a obtenção de benefícios económicos futuros e da existência desses mesmos benefícios.

São inicialmente reconhecidos ao custo, o qual, no caso de aquisições separadas, compreende o preço de compra adicionado de quaisquer custos atribuíveis à preparação do ativo para o uso pretendido. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis com vida útil finita são mensurados com base no modelo de custo, o qual corresponde ao custo inicial deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. A amortização é feita segundo o método da linha reta ou quotas constantes durante o período de vida útil estimada do ativo a partir da data em que se encontra apto para ser usado.

No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, os mesmos, não estando sujeitos a amortização, são objeto de teste de imparidade se existirem indicadores que o justifique. São mensurados ao custo inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis referentes a desenvolvimento de software decorrem de aquisições externas.

ii) Vidas úteis estimadas

Ativos intangíveis	Número de anos
Programas de computador	3

d) Imparidade dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, propriedades de investimento e ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (Líquida de depreciações e amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

e) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros detidos pelo Cofre respeitam, exclusivamente, a títulos da dívida pública e unidades de participação em fundos de investimento. São mensurados ao custo de aquisição deduzidas das perdas de imparidade acumuladas.

f) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Cofre se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de sócios e outras contas a receber

As dívidas de sócios e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor sendo subsequentemente mensuradas ao custo ou custo amortizado, deduzido de qualquer imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e de outras contas a receber, são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que as dívidas não são recuperáveis

conforme os termos iniciais da operação que lhe está subjacente. As perdas por imparidade identificadas são registradas na demonstração de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidades diminuam ou desapareçam.

ii) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registrados no passivo ao custo amortizado. Os juros correspondentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que respeitam.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outras entidades encontram-se mensuradas ao custo ou custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e seus equivalentes” correspondem a valores imediatamente disponíveis.

g) Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prêmios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

A responsabilidade por benefícios pós-emprego apenas existe relativamente a um conjunto de ex-trabalhadores (já reformados), a qual, ainda que não seja materialmente relevante no conjunto das demonstrações financeiras do Cofre, se encontra adequadamente reconhecida nas demonstrações financeiras.

h) Provisões e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente resultante de um evento passado, seja provável que ocorram saídas de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa.

Os passivos contingentes correspondem a obrigações possíveis decorrentes de acontecimentos passados mas cuja existência exige confirmação. Por tal facto apenas são objeto de divulgação a menos que seja remota a possibilidade de existência de qualquer exfluxo de recursos.

Decorrente dos respetivos estatutos, o Cofre está obrigado a pagar aos seus associados ou a familiares uma renda vitalícia, após os 65 anos, ou uma prestação social única, a título de subsídio por morte. Tais responsabilidades encontram-se mensuradas com base em estudo atuarial anualmente revisto.

Os principais pressupostos de cálculo são os seguintes:

Taxa de rendimento: 3,5%;

Tábua de mortalidade: TV 73/77;

Taxa de desconto: 3,5%;

Custo de gestão dos benefícios: 7,46% das quotas anuais.

i) Imposto sobre o rendimento

De acordo com o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, o Cofre é uma instituição isenta de IRC, conforme declaração da Direção Geral dos Impostos publicada no Diário da República, III série, de 22 de Novembro de 1989.

j) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e a juros decorrentes da atividade normal do Cofre é reconhecido pelo seu justo valor conforme condições definidas para a generalidade dos sócios.

O rédito proveniente das residências seniores, universitárias e centros de lazer é reconhecido no período em que os mesmos são utilizados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido por utilização do método do juro efetivo.

k) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto contabilístico do acréscimo. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, conforme se qualifiquem como tal.

3.2. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- As provisões inerentes aos benefícios dos associados;
- As provisões inerentes a benefícios pós-emprego de um conjunto de ex-trabalhadores;
- As imparidades relacionadas com dividas a receber de associados por financiamentos e abonos concedidos;
- A vida útil estimada das propriedades de investimento.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos do Cofre, estando as estimativas anteriormente divulgadas naturalmente sujeitas a alteração por razões de natureza macroeconómica.

3.4. Principais fontes de incerteza

Não obstante os apoios prestados pelo Cofre aos seus associados para aquisição ou construção de habitação própria estarem garantidos pelo próprio imóvel, existe uma incerteza decorrente da conjuntura económica relativamente à possibilidade de todos os beneficiários poderem cumprir com as respetivas obrigações e à evolução do próprio mercado imobiliário.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e equivalentes:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	2.550,44
Total de caixa		2.550,44
Depósitos à ordem	12	850.288,67
Depósitos a prazo	13	3.093.779,65
Total de depósitos bancários		3.944.068,32
Total de caixa e equivalentes		3.946.618,76

Todos os depósitos podem ser prontamente mobilizados.

Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa são considerados como referentes à atividade operacional todos os fluxos financeiros relacionados com os apoios de natureza financeira prestados aos associados.

Nestas circunstâncias, apenas são considerados nas atividades de investimento os rendimentos das aplicações financeiras em instituições de crédito e das propriedades de investimento.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As políticas contabilísticas são definidas de forma a dar cumprimento às normas contabilísticas e de relato financeiro e são adotadas de forma consistente. Qualquer alteração decorrente de novas normas é tratada de acordo com as disposições transitórias nelas consideradas ou, na sua ausência, de forma retrospectiva. As alterações de estimativa têm efeito, conforme as circunstâncias, no próprio exercício em que se constata a alteração, ou nesse exercício e nos seguintes.

No caso da existência de erros materiais os mesmos são tratados retrospectivamente, reexpressando-se a informação do ou dos exercícios anteriores a menos que tal seja impraticável.

6. PARTES RELACIONADAS

O Cofre não participa no capital de quaisquer entidades nem é participado por pessoas coletivas.

O pessoal chave da Gestão é remunerado através de senhas de presença em função das reuniões efetuadas conforme nota 17.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas, conforme explicitado na nota 3.

As depreciações são efetuadas pelo método da linha recta.

A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldo em 01-01-2014									
Quantias brutas	3.978.440,84	23.388.167,21	3.213.259,18	262.319,61	660.227,62	0,00	36.110,73	1140.386,33	32.678.911,52
Depreciações acumuladas	0,00	4.323.447,53	2.724.800,00	186.191,02	554.950,85	0,00	31.079,83	0,00	7.820.469,23
Quantias líquidas	3.978.440,84	19.064.719,68	488.459,18	76.128,59	105.276,77	0,00	5.030,90	1140.386,33	24.858.442,29
Movimento em 2014									
Ativo fixo									
Aquisições		276.573,77	310.602,20	60.875,07	24.625,04	486,20	8.875,00	190.027,96	872.065,24
Alienações				(55.252,12)					(55.252,12)
Abates		(15.971,10)	(7.043,91)						(23.015,01)
Transferências		443.345,84	94.159,80	0,00	395,26	4.331,45	(4.331,45)	(515.410,86)	22.490,04
Total do exercício	0,00	703.948,51	397.718,09	5.622,95	25.020,30	4.817,65	4.543,55	(325.382,90)	816.288,15
Depreciações acumuladas									
Depreciações do exercício		498.425,23	220.793,36	62.073,14	45.984,09	532,25	1173,04		828.981,11
Alienações				(55.252,12)					(55.252,12)
Abates		(489,42)	(6.621,66)						(1.448,94)
Transferências			7.997,21	0,00	147,50	1253,52	-1253,52		(69,52)
Total do exercício	0,00	497.935,81	222.168,91	6.821,02	46.131,59	1785,77	-80,48	0,00	772.210,53
Saldo em 31-12-2014									
Quantias brutas	3.978.440,84	24.092.115,72	3.610.977,27	267.942,56	685.247,92	4.817,65	40.654,28	815.003,43	33.495.199,67
Depreciações acumuladas	0,00	4.821.383,34	2.946.968,91	193.012,04	601.082,44	1785,77	30.999,35	0,00	8.592.679,76
Quantias líquidas	3.978.440,84	19.270.732,38	664.008,36	74.930,52	84.165,48	3.031,88	9.654,93	815.003,43	24.899.967,82

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras ativos tangíveis	Investimento em curso ativos tangíveis	Total
Saldos em 01-01-2013								
Quantias brutas	3.764.251,84	21.188.104,16	28.450.403,39	262.319,61	597.564,36	32.415,56	2.227.539,53	30.917.235,45
Depreciações acumuladas	0,00	3.840.550,21	2.558.653,08	19.336,65	490.940,60	30.028,33	0,00	7.059.508,87
Quantias líquidas	3.764.251,84	17.347.553,95	286.387,31	122.982,96	106.623,76	2.387,23	2.227.539,53	23.857.726,58
Movimento em 2013								
Ativo fixo								
Aquisições	70.439,00	923.550,52	272.269,43		62.732,78	3.695,17	520.617,11	18.533.040,11
Alienações								0,00
Abates		(72.447,15)						(72.447,15)
Transferências	113.750,00	13.489.59,68	95.949,36		(69,52)		(1607.770,31)	(19.180,79)
Total do exercício	184.189,00	22.000.653,05	368.218,79	0,00	62.663,26	3.695,17	(1087.153,20)	17.616.760,77
Depreciações acumuladas								
Depreciações do exercício		484.346,26	166.146,92	46.854,37	64.079,77	1.051,50		762.478,82
Alienações								0,00
Abates		(14.489,94)						(14.489,94)
Transferências					(69,52)			(69,52)
Total do exercício	0,00	482.897,32	166.146,92	46.854,37	64.010,25	1.051,50	0,00	760.960,36
Saldos em 31-12-2013								
Quantias brutas	3.978.440,84	23.388.167,21	3.218.259,18	262.319,61	660.227,62	36.110,73	1.140.386,33	32.678.911,52
Depreciações acumuladas	0,00	4.323.447,53	2.724.800,00	186.191,02	554.950,85	31.079,83	0,00	7.820.469,23
Quantias líquidas	3.978.440,84	19.064.719,68	488.459,18	76.128,59	105.276,77	5.030,90	1.140.386,33	24.858.442,29

A administração promoveu no final de 2013, que se prolongaram por 2014, avaliações do ativo imobiliário do Cofre. Embora tenha sido efetuado o trabalho de avaliação relativamente a todo o ativo imobiliário do Cofre, as avaliações relativas aos imóveis afetos às atividades não foram conclusivas devido ao facto de não terem em conta as atividades ali desenvolvidas.

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O cofre optou por contabilizar as suas propriedades de investimento segundo o modelo do custo, conforme referido na nota 3.

As depreciações são efetuadas pelo método da linha recta, sendo a estimativa de vida útil dos edifícios de 50 anos.

O movimento registado no exercício de 2014, quer relativamente ao investimento quer relativamente às depreciações, é o que se apresenta nos mapas seguintes:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2014				
Quantias brutas	1.503.703,87	6.977.059,72	52.176,82	8.532.940,41
Depreciações acumuladas	0,00	2.862.730,75	0,00	2.862.730,75
Quantias líquidas	1.503.703,87	9.839.790,47	52.176,82	11.395.671,16
Movimento em 2014				
Propriedades de investimento				
Aquisições	87.596,25	474.033,04	614.367,12	1.175.996,41
Transferências		52.176,82	(52.176,82)	0,00
Total do exercício	87.596,25	526.209,86	562.190,30	1.175.996,41
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		150.065,40		150.065,40
Total do exercício	0,00	150.065,40	0,00	150.065,40
Saldos em 31-12-2014				
Quantias brutas	1.591.300,12	7.503.269,58	614.367,12	9.708.936,82
Depreciações acumuladas	0,00	3.012.796,15	0,00	3.012.796,15
Quantias líquidas	1.591.300,12	4.490.473,43	614.367,12	6.696.140,67

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de investimento em curso	Total
Saldos em 01-01-2013				
Quantias brutas	1.422.233,85	6.470.130,56	130.556,07	8.022.920,48
Depreciações acumuladas	0,00	2.723.189,55	0,00	2.723.189,55
Quantias líquidas	1.422.233,85	3.746.941,01	130.556,07	5.299.730,93
Movimento em 2013				
Propriedades de investimento				
Aquisições	81.470,02	376.373,09	52.176,82	510.019,93
Transferências		130.556,07	(130.556,07)	0,00
Total do exercício	81.470,02	506.929,16	(78.379,25)	510.019,93
Depreciações acumuladas				
Depreciações do exercício		139.541,20		139.541,20
Total do exercício	0,00	139.541,20	0,00	139.541,20
Saldos em 31-12-2013				
Quantias brutas	1.503.703,87	6.977.059,72	52.176,82	8.532.940,41
Depreciações acumuladas	0,00	2.862.730,75	0,00	2.862.730,75
Quantias líquidas	1.503.703,87	4.114.328,97	52.176,82	5.670.209,66

Como anteriormente vos referimos, as avaliações efetuadas relativamente às propriedades de investimento, o seu valor global é superior ao valor contabilístico em 6.141.617,71 €, contudo existem frações em que o valor de avaliação é inferior ao valor contabilístico, sendo a diferença de 142.875,45 €, tendo em conta que a diferença encontrada é irrelevante, não se afigura expressiva, razão pela qual não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os rendimentos provenientes das propriedades de investimento apresentados na demonstração dos resultados são os seguintes:

Rendas	324.298,68 €
--------	--------------

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

b) As amortizações são efetuadas pelo método da linha recta.

c) A vida útil é determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2014			
Quantias brutas	569.318,37	0,00	569.318,37
Amortizações acumuladas	549.244,85		549.244,85
Quantias líquidas	20.073,52	0,00	20.073,52
Movimento em 2014			
Activo intangível			
Aquisições	11.849,38		11.849,38
Transferência			0,00
Total do exercício	11.849,38	0,00	11.849,38
Amortizações acumuladas			
Transferência	46,34		
Amortizações do exercício	21.089,33		21.089,33
Total do exercício	21.135,67	0,00	21.089,33
Saldos em 31-12-2014			
Quantias brutas	581.167,75	0,00	581.167,75
Amortizações acumuladas	570.380,52		570.380,52
Quantias líquidas	10.787,23	0,00	10.787,23

Descrição	Programas computador	Desenvolvimento software em curso	Total
Saldos em 01-01-2013			
Quantias brutas	560.589,01	0,00	560.589,01
Amortizações acumuladas	398.848,07		398.848,07
Quantias líquidas	161.740,94	0,00	161.740,94
Movimento em 2013			
Activo intangível			
Aquisições	7.048,54		7.048,54
Transferência	1.680,82		1.680,82
Total do exercício	8.729,36	0,00	8.729,36
Amortizações acumuladas			
Transferência	69,52		
Amortizações do exercício	150.327,26		150.327,26
Total do exercício	150.396,78	0,00	150.327,26
Saldos em 31-12-2013			
Quantias brutas	569.318,37	0,00	569.318,37
Amortizações acumuladas	549.244,85		549.244,85
Quantias líquidas	20.073,52	0,00	20.073,52

10. RÉDITO

O Cofre reconhece o rédito de acordo com os critérios definidos na alínea j) do ponto 3.

A quantia significativa de cada categoria de rédito reconhecida durante o período apresenta-se como segue:

Descrição	2014	2013
Prestações de serviços		
Mensalidades de utentes	845.828,10	805.517,04
Mensalidades de residência	81.706,58	33.218,54
Centros de Lazer	646.663,01	546.102,97
Comissões	15.481,27	20.655,20
Total	1.589.678,96	1.405.493,75
Reversões		
Sócios	23.888,34	16.358,29
Investimentos financeiros	86.197,04	78.008,65
Fundos de tesouraria	896,29	2.254,69
Total	110.981,67	96.621,63
Outros rendimentos e ganhos		
Quotização	3.371.202,85	3.370.563,24
Subsídios prescritos	1.234,02	6.766,04
Rendas e outros rendimentos em propriedade Investimento	324.298,68	340.520,27
Outros	162.985,74	121.484,12
Total	3.859.721,29	3.839.333,67
Juros		
Depósitos bancários	1.577,81	4.553,05
Títulos da dívida pública	11.176,62	11.588,63
Empréstimos de financiamento	1.550.499,23	1.517.119,11
Outros investimentos financeiros	72.923,27	93.550,42
Outros juros	63.870,42	36.613,73
Total	1.700.047,35	1.663.424,94
Total	7.260.429,27	7.004.873,99

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

O valor dos compromissos que não figuram no balanço, relativos a subsídios por morte, inscritos e vencidos, ascendem, respetivamente, a 123.759.179,21 euros e 124.364.730,11 euros. Todavia, segundo o estudo atuarial efetuado com referência a 31 de Dezembro de 2014 e que toma em consideração os rendimentos esperados dos ativos do Cofre, as responsabilidades inerentes às reservas matemáticas, ascendiam, de acordo com os pressupostos considerados, a 12.406.092,85 euros.

Em face deste estudo procedeu-se ao seguinte reforço da provisão:

Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para subsídios por morte	10.306.965,00	1.643.637,41		11.950.602,41
Provisões para rendas vitalícias	254.548,00	59.019,38		313.567,38
Provisões para pensões de reforma e sobrevivência	225.777,00		83.853,94	141.923,06
Total	10.787.290,00	1.702.656,79	83.853,94	12.406.092,85

À data de 31 de Dezembro de 2014 não existiam passivos e ativos contingentes.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Bases de mensuração utilizadas relativamente a instrumentos financeiros são as referidas na alínea f) do ponto 3.

Os principais ativos e passivos financeiros são os seguintes:

12.1. Sócios e outras contas a receber

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Associados - Ativo não corrente	26.091.814,53	25.516.235,23
associados - Ativo corrente	4.767.226,56	5.292.327,20
Clientes	120.076,72	149.904,78
Outras contas a receber	162.078,82	155.448,61
Devedores por acréscimos de rendimentos	29.378,78	19.419,37
Total	31.170.575,41	31.133.335,19

As dívidas de associados (corrente e não corrente) são mensuradas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade por insuficiência das garantias prestadas.

Nas referidas dívidas incluem-se os financiamentos concedidos na forma de abonos reembolsáveis e financiamentos à habitação, nos termos das respetivas disposições estatutárias. O rendimento decorrente dos juros obtidos e é considerado no período a que respeitam de acordo com o método do juro efetivo.

12.2. Fornecedores e outras contas a pagar

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores	217.394,43	156.642,14
Adiantamentos de Clientes	16.190,39	15.672,77
Associados	632.277,57	587.897,53
Clientes	263.570,62	209.138,62
Outras contas a pagar	277.381,99	150.422,73
Credores por acréscimos de gastos	325.200,59	282.760,87
Total	1.732.015,59	1.402.534,66

12.3. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

Descrição	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas a receber				
Sócios c/ seguros de vida	23.888,34		23.888,34	0,00
Sócios c/ cobrança duvidosa	3.044.133,58	986.839,84		4.030.973,42
Sócios c/ cartão saúde	47.053,78	15.282,71		62.336,49
Total	3.115.075,70	1.002.122,55	23.888,34	4.093.309,91

Além da dívida de cobrança duvidosa indicada, existe ainda o capital não vencido de sócios que estão em contencioso, mas que mensalmente é transferido o valor da prestação vencida para cobrança duvidosa:

- Empréstimos de financiamento para habitação (capital não vencido)
- Relativa a sócios com prestações vencidas já sujeita a imparidade - 1.802.454,04 €

Relativamente a estas dívidas não se considera que existam perdas por imparidade, uma vez que estão garantidas por hipoteca dos imóveis e contratos de Propriedade Resolúvel.

12.4. Financiamentos obtidos

O valor 26.210,62 € corresponde aos contratos de locação financeira.

12.5. Investimentos financeiros

Descrição	Saldo inicial	Imparidade Saldo Ano 2013	Imparidade	Reversão de imparidade	Saldo final
Títulos de dívida pública	363.324,40	(162.551,03)		86.197,04	286.970,41
Fundo de tesouraria	100.000,00	(3.863,81)		896,29	97.032,48
Total	463.324,40	(166.414,84)	0,00	87.093,33	384.002,89

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
IRC a recuperar (retenção na fonte)	4.309,72	0,00
Total	4.309,72	0,00
Passivo		
Imposto sobre rendimento	25.367,41	34.253,48
Imposto sobre o valor acrescentado	34.232,96	4.552,93
Restantes impostos	0,00	276,00
Contribuições para a segurança social	63.075,97	50.793,89
Total	122.676,34	89.876,30

14. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “diferimentos” apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativo		
Gastos a reconhecer	108.740,48	117.779,19
Total	108.740,48	117.779,19
Passivo		
Rendimento a reconhecer	195.217,94	196.393,42
Total	195.217,94	196.393,42

15. FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento registado no exercício de 2014, na rubrica “fundos patrimoniais”, é o que se apresenta no mapa seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
FUNDOS PATRIMONIAIS				
Fundos	51.711.786,65		490.445,43	51.221.341,22
	51.711.786,65	0,00	490.445,43	51.221.341,22
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
Excedente Revalorização				
Activo fixo tangível				
Terrenos e Recursos Naturais	508.751,36			508.751,36
Edifícios e Outras Construções	391.373,71			391.373,71
	900.125,07	0,00	0,00	900.125,07
Propriedades de investimento				
Terrenos e Recursos Naturais	1.132.248,78			1.132.248,78
Edifícios e Outras Construções	1.384.459,78			1.384.459,78
	2.516.708,56	0,00	0,00	2.516.708,56
	3.416.833,63	0,00	0,00	3.416.833,63
Outras variações	12.051,74	9.717,56	11.187,90	10.581,40
	12.051,74	9.717,56	11.187,90	10.581,40
RESULTADO LÍQUIDO				
Resultado líquido do período	(490.445,43)	490.445,43	1.909.826,61	(1.909.826,61)
	(490.445,43)	490.445,43	1.909.826,61	(1.909.826,61)
	54.650.226,59	500.162,99	2.411.459,94	52.738.929,64

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	2014	2013
Trabalhos Especializados	386.374,14	327.727,68
Comunicação	167.856,42	155.102,70
Electricidade	158.298,17	136.871,84
Conservação e Reparação	131.183,39	124.827,66
Honorários	112.765,05	92.702,15
Limpeza, Higiene e Conforto	94.195,00	71.572,16
Água	57.912,88	49.314,60
Contencioso e Notariado	39.715,34	52.293,94
Gás	39.227,89	47.792,26
Seguros	37.053,49	34.918,04
Material de Escritório	28.154,81	26.914,51
Publicidade e Propaganda	4.646,74	7.628,00
Subcontratos	0,00	97.600,00
Outros	151.992,57	135.299,86
Total	1.409.375,89	1.360.565,40

17. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Descrição	2014	2013
Remunerações Órgãos Sociais	28.877,42	24.483,03
Vencimentos e outros	2.119.812,76	1.967.369,01
Encargos sociais e pensões	470.585,82	508.997,17
Total	2.619.276,00	2.500.849,21

A rubrica “encargos sociais” para além da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de acidentes de trabalho e pessoais e pensões.

Relativamente aos empregados existem dívidas ativas referentes a abonos reembolsáveis indexados ao vencimento, as quais em 31 de Dezembro ascendiam a 423.724,43 euros.

Número de pessoas ao serviço do Cofre:

Descrição	2014	2013
Dirigentes	10	9
Funcionários	124	121
Programa de estágio profissional IEFP	2	-
Estágio profissional a aguardar aprovação da candidatura pelo IEFP	-	2
Contrato de emprego e inserção IEFP	-	1
Contrato medida estímulo de emprego IEFP	2	-

18. OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	2014	2013
Gastos em propriedades de investimento	54.204,53	80.218,02
Gastos de previdência social	2.697.226,80	1.345.740,12
Outros	387.744,43	320.606,10
Total	3.139.175,76	1.746.564,24

Nos gastos de previdência social incluem-se os reforços da provisão calculada com base em estudo actuarial, conforme divulgados na nota 11 (1.618.802,85 euros em 2014 e 527.813 euros em 2013).

19. RENDIMENTOS E GASTOS POR ATIVIDADES

DESCRIÇÃO	Residências para séniores/universitários	Centros de férias	Propriedades de investimento	Outras operações com associados	Serviços centrais e de apoio às atividades	Total
RENDIMENTOS						
Vendas e Prestação de serviços	927.534,68	646.663,01			15.481,27	1.589.678,96
Quotização					3.371.202,85	3.371.202,85
Outros rendimentos			324.298,68	1.550.499,23	424.749,55	2.299.547,46
Total	927.534,68	646.663,01	324.298,68	1.550.499,23	3.811.433,67	7.260.429,27
GASTOS						
Fornecimentos e serviços externos	529.198,80	272.444,83			607.732,26	1.409.375,89
Gastos com o pessoal	935.595,04	322.558,27			1.361.122,69	2.619.276,00
Gastos previdência social					2.697.226,80	2.697.226,80
Gastos de depreciação e amortização	292.582,24	428.653,21	150.065,40		128.834,99	1.000.135,84
Gastos de imparidade					1.002.122,55	1.002.122,55
Outros gastos			54.204,53		387.914,27	442.118,80
Total	1.757.376,08	1.023.656,31	204.269,93	0,00	6.184.953,56	9.170.255,88
RESULTADO 2014	-829.841,40	-376.993,30	120.028,75	1.550.499,23	-2.373.519,89	-1.909.826,61
RESULTADO 2013	-833.565,79	-320.585,19	120.761,05	1.517.119,11	-974.174,61	-490.445,43

20. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração em 7 de Abril de 2015.

De referir que não obstante tal autorização as demonstrações financeiras ainda serão objeto de aprovação em Assembleia-geral de sócios.

MAPAS COMPLEMENTARES:

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO 2014

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2014

CASAS ADQUIRIDAS OU HIPOTECAS TRANSFERIDAS DURANTE O ANO DE 2014

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2014

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
01.01.03	Pessoal dos quadros - regime de função pública	1.391.000,00	1.191.000,00	1.176.741,03	14.258,97
01.01.04	Pessoal dos quadros - regime cont.indiv.trabalho	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.06	Pessoal contratado a termo	54.000,00	234.000,00	232.516,16	1.483,84
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	5.000,00	18.000,00	17.065,11	934,89
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	2.000,00	2.000,00	1.440,00	560,00
01.01.13	Subsídio de refeição	120.000,00	126.000,00	125.356,53	643,47
01.01.14	Subsídio de férias e de Natal	252.000,00	247.000,00	246.386,29	613,71
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	3.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.02	Horas extraordinárias	20.000,00	14.000,00	13.125,95	874,05
01.02.04	Ajudas de custo	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.05	Abono para falhas	6.000,00	6.000,00	4.707,99	1.292,01
01.02.06	Formação	30.000,00	5.000,00	67,00	4.933,00
01.02.07	Colaboração técnica e especializada	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.02.11	Subsídio de turno	40.000,00	47.000,00	46.827,84	172,16
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	3.000,00	5.000,00	4.380,53	619,47
01.02.13	Outros suplementos e prémios	290.000,00	260.000,00	241.877,57	18.122,43
01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie				
	A - Remunerações de corpos gerentes	20.000,00	35.000,00	31.673,85	3.326,15
	B - Outros abonos em numerário ou espécie	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.01	Encargos com a saúde	25.000,00	21.000,00	20.142,36	857,64
01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	3.000,00	3.000,00	1.847,08	1.152,92
01.03.04	Outras prestações familiares	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
01.03.05	Contribuições para a segurança social	380.000,00	455.000,00	454.915,88	84,12
01.03.08	Outras pensões	50.000,00	40.000,00	38.261,66	1.738,34
01.03.09	Seguros	37.000,00	27.000,00	26.479,37	520,63
01.03.10	Outras despesas de segurança social	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	54.000,00	39.000,00	36.554,48	2.445,52
02.01.04	Limpeza e higiene	53.000,00	61.000,00	60.704,09	295,91
02.01.06	Alimentação - géneros para confeccionar	25.000,00	35.000,00	33.315,06	1.684,94
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	5.000,00	6.000,00	5.601,13	398,87
02.01.08	Material de escritório	30.000,00	30.000,00	28.958,45	1.041,55
02.01.11	Material de consumo clínico	5.000,00	6.000,00	5.431,31	568,69
02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	10.000,00	5.000,00	1.438,65	3.561,35
02.01.17	Ferramentas e utensílios	12.000,00	2.000,00	651,11	1.348,89
02.01.18	Livros e documentação técnica	2.000,00	2.000,00	233,86	1.766,14
02.01.21	Outros bens	40.500,00	50.500,00	48.400,22	2.099,78
02.02.01	Encargos das instalações	200.000,00	230.000,00	228.562,36	1.437,64
02.02.02	Limpeza e higiene	25.000,00	30.000,00	27.011,61	2.988,39
02.02.03	Conservação de bens	153.000,00	158.000,00	153.741,75	4.258,25
	A transportar	3.352.500,00	3.398.500,00	3.314.416,28	84.083,72

DIFERENÇA ENTRE AS VERBAS ORÇAMENTADAS E AS DESPENDIDAS NO ANO DE 2014

Unidade: €

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		DESPENDIDO	SALDO
		INICIAL	RECTIFICADO		
	Transporte	3.352.500,00	3.398.500,00	3.314.416,28	84.083,72
02.02.09	Comunicações	135.000,00	165.000,00	162.929,05	2.070,95
02.02.10	Transportes	3.000,00	3.000,00	944,25	2.055,75
02.02.11	Representações dos serviços	5.000,00	5.000,00	3.052,96	1.947,04
02.02.12	Seguros	51.000,00	73.000,00	51.663,76	21.336,24
02.02.13	Deslocações e estadas	6.000,00	10.000,00	9.976,36	23,64
02.02.14	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	4.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.02.15	Formação	5.000,00	2.000,00	1.574,00	426,00
02.02.17	Publicidade	5.000,00	3.000,00	2.351,91	648,09
02.02.18	Vigilância e segurança	2.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.02.19	Assistência técnica	5.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	358.500,00	448.500,00	436.924,93	11.575,07
02.02.25	Outros serviços	121.000,00	181.000,00	166.659,24	14.340,76
03.05.02	Outros juros	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04.08.02	A-Subsídios por morte, de luto e funeral	450.000,00	525.000,00	522.810,25	2.189,75
04.08.02	B-Reembolsos de vencimentos perd.por doença	150.000,00	360.000,00	357.225,18	2.774,82
04.08.02	C-Rendas Vitalícias	18.000,00	29.000,00	28.213,22	786,78
04.08.02	D-Bolsas Sociais	50.000,00	30.000,00	28.480,00	1.520,00
04.08.02	E-Subsídios Sociais	1.000,00	2.000,00	1.050,94	949,06
06.01.00	Dotação provisional	10.000,00	0,00	0,00	0,00
06.02.01	Impostos e taxas	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.02.03	A-Restituições	5.000,00	5.000,00	4.647,55	352,45
06.02.03	B-Diversos	4.000,00	4.000,00	0,00	4.000,00
07.01.02	Habitações	150.000,00	200.000,00	197.173,57	2.826,43
07.01.03	Edifícios	2.250.000,00	2.250.000,00	1.157.118,00	1.092.882,00
07.01.04	Construções diversas	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
07.01.06	Equipamento de transporte	30.000,00	55.000,00	54.875,07	124,93
07.01.07	Material de informática	10.000,00	29.000,00	25.448,71	3.551,29
07.01.09	Equipamento administrativo	15.000,00	20.000,00	19.269,06	730,94
07.01.10	Equipamento básico	350.000,00	250.000,00	244.817,54	5.182,46
07.01.15	Outros investimentos	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
09.05.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (c/prazo)	550.000,00	550.000,00	0,00	550.000,00
09.06.03	Soc. financeiras-Bancos e out.instit.financ. (m/prazo)	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
09.06.13	A-Propriedade resolúvel	2.500.000,00	1.090.000,00	719.920,73	370.079,27
09.06.13	B-Beneficiação em casa dos sócios	250.000,00	250.000,00	84.050,00	165.950,00
09.06.13	C-Subsídios reembolsáveis	6.500.000,00	6.675.000,00	6.670.304,52	4.695,48
09.06.13	D-Outros empréstimos ou adiantamentos	50.000,00	480.000,00	475.589,73	4.410,27
09.06.13	E-Emprést. pª construção e beneficiação, concedidos em anos anteriores - 2ª tranche e seguintes	20.000,00	120.000,00	113.000,00	7.000,00
12.01	Operações de Tesouraria - entrega receita Estado	850.000,00	1.150.000,00	1.137.044,12	12.955,88
12.02	Outras operações de Tesouraria	700.000,00	600.000,00	580.951,94	19.048,06
	Total	19.983.000,00	19.983.000,00	16.572.482,87	3.410.517,13

MAPA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO E QUOTIZAÇÃO DE 2014

IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL	IDADE	Nº SÓCIOS	SUBSÍDIOS INSCRITOS	SUBSÍDIOS VENCIDOS	QUOTA ANUAL
22	1	4125	4125	82,56	Transporte	32.457	107.393.117,77	106.732.393,30	2.842.253,79
23	3	13250	9525	191,88	65	1189	2291753,54	2460467,88	81859,8
24	8	34750	20625	481,56	66	1145	2000439,92	2153838,71	70646,52
25	9	37900	29980	690	67	995	1631765,87	1778539,44	59885,52
26	10	45625	42600	841,8	68	952	1428433,7	1545113,91	52141,08
27	20	89375	73000	1392,84	69	888	1205279,56	1303455,25	44581,32
28	33	140000	120876	2419,68	70	760	1010545,98	1126072,43	38119,92
29	57	251600	236078	4450,2	71	703	790948,84	860370,17	28372,8
30	68	294025	259920,5	5360,88	72	650	726600,09	797194,7	26353,2
31	110	466875	423555,5	8664,6	73	626	582613,17	635913,28	20333,64
32	117	497625	461307,17	9268,56	74	610	539946,12	593160,78	18684,96
33	135	569250	517444,12	11375,04	75	670	496065,72	531374,09	16224,48
34	210	895329,2	823036,52	16986,36	76	627	425545,62	454961,65	13571,64
35	262	1106665,27	1015979,64	21209,64	77	623	381512,79	409726,79	12793,92
36	315	1340002,7	1225605,86	25802,52	78	649	360405,92	382970,5	10422,96
37	482	2037480,93	1925854,4	39692,88	79	650	357728,17	388263,53	11081,4
38	600	2514617,29	2406604,69	49852,44	80	601	278966,34	293427,49	7212,12
39	668	2770963,53	2662747,26	54108,48	81	598	284146,55	302879,41	7735,44
40	782	3223017,53	3051947,2	64268,28	82	624	261421,48	275699,75	6034,08
41	797	3313067,99	3130576,94	66990	83	548	206283,2	212541,13	3892,32
42	783	3267005,23	3067477,01	67981,56	84	505	183266,67	188234,7	3185,04
43	831	3446699,71	3251759,39	73704,48	85	412	149823,7	153140,71	2721,72
44	770	3236886,54	3060236,74	70731,48	86	415	145931,11	148841,09	2516,64
45	716	2985384,48	2807511,69	66766,92	87	324	113765,31	115471,2	1837,44
46	774	3211050,81	3039553,67	73418,64	88	284	100124,17	101820,07	1753,68
47	786	3187731,92	3075608,9	75272,16	89	293	97512,49	100001,48	1774,56
48	924	3714777,72	3558912,8	91395,36	90	242	83514,16	85060,43	1482,36
49	960	3749462,1	3683386,63	94415,64	91	202	67691,78	68170,63	1107,12
50	1056	4084936,25	4023212,16	104702,16	92	151	53286,48	54882,62	1237,32
51	1063	4034583,17	3989631,75	107860,8	93	107	39585,21	39585,21	592,44
52	1198	4265033,63	4256161,52	116059,68	94	81	26291,73	26291,73	392,88
53	1350	4638871,07	4641267,56	126931,92	95	46	14056,18	14056,18	210,36
54	1559	5123863,71	5191664,21	143543,55	96	32	10044,83	10044,83	149,88
55	1493	4683852,9	4782364,24	133657,2	97	35	10494,75	10494,75	156,48
56	1475	4580161,21	4695588,81	135943,92	98	12	3541,48	3541,48	52,92
57	1513	4401935,23	4543568,63	133441,2	99	11	3192,32	3192,32	47,88
58	1353	3946376,98	4125631,98	125082,36	100	8	2394,24	2394,24	35,64
59	1492	4117532,71	4356944,68	133501,44	101	3	917,79	917,79	13,8
60	1524	4008851,31	4240385,73	133955,52	103	2	174,58	174,58	2,52
61	1515	3726776,85	3956427,44	127825,92	105	1	49,88	49,88	0,72
62	1572	3368005,3	3586981,32	114593,64					
63	1581	3124859,87	3330780,64	107319,6					
64	1482	2842934,63	3025947	100018,44					
A transportar	32.457	107.393.118	106.732.393	2.842.254	Total	49.731	123.759.179,21	124.364.730,11	3.391.472,31



DE ACORDO COM O **REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS**, O CONTEÚDO DA PÁGINA FOI RETIRADO POR CONTER DADOS PESSOAIS.

“O Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, que é o novo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia (UE), estabelece as regras relativas ao tratamento, por uma pessoa, uma empresa ou uma organização, de dados pessoais relativos a pessoas na UE.

Para além do reforço da proteção jurídica dos direitos dos titulares dos dados, o RGPD define novas regras e procedimentos do ponto de vista tecnológico.”



**COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO
ESTADO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

EXERCÍCIO DE 2014

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO (COFRE), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 67.221.143 EUR e um total de fundos patrimoniais de 52.738.930 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 1.909.827 EUR), a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração individual dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do COFRE, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. De acordo com a Nota 12.3 do Anexo às demonstrações financeiras, existem associados com prestações em atraso decorrentes de apoios à habitação e outros abonos proporcionados pelo COFRE, as quais têm conduzido ao reconhecimento integral de perdas por imparidade, cujo total ascende a 4.031 milhares de EUR em 31 de dezembro de 2014 (aumento de 987 mil EUR em 2014 e de 775 mil EUR em 2013). Às referidas prestações vencidas de capital e juros acrescem 1.802 milhares de EUR de capital vincendo, desconhecendo-se em que medida as garantias reais existentes, constituídas pelos próprios imóveis, asseguram a total realização de tais créditos, tendo em conta as repercussões da atual conjuntura económica e financeira no setor imobiliário e a inexistência de avaliações atualizadas dos respetivos imóveis. Por idênticas razões, e considerando a divulgação de que só as avaliações efetuadas às propriedades de investimento são tidas como terminadas, não se afigura ainda possível concluir em que medida possam existir perdas por imparidade por reconhecer relativamente aos ativos imobiliários afetos à atividade social desenvolvida (ativos fixos tangíveis), os quais, de acordo com as Notas 3.1 a) e 7 do Anexo, encontram-se mensurados ao custo considerado deduzido das correspondentes depreciações.

8. Conforme divulgado nas notas 3.1 h) e 11 do Anexo, as responsabilidades do COFRE associadas a subsídios por morte e rendas vitalícias encontram-se suportadas em estudo atuarial o qual considera, entre os pressupostos utilizados, a manutenção da taxa de rendimento líquida de 3,5%. Tendo em conta a diversificação das atividades e a evolução registada ao nível das taxas de juro, não se nos afigura possível avaliar em que medida as referidas responsabilidades possam encontrar-se subavaliadas.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DO ESTADO, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do setor não lucrativo.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de abril de 2015



RCA – Rosa, Correia & Associados, SROC, S.A.
representada por Dr. Gabriel Correia Alves, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2014

Nos termos da legislação aplicável e da alínea e) do artigo nº 104º dos Estatutos do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE), o Conselho Fiscal, adiante designado abreviadamente por Conselho, emite o seguinte parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014:

1. O Conselho manteve-se a par da situação financeira do CPFAE durante o referido período, quer através da presença do seu Presidente nas reuniões do Conselho de Administração (CA), quer através da análise dos documentos contabilísticos e de evolução financeira regularmente fornecidos por aquele órgão e, ainda, mediante contactos com os Serviços mais diretamente relacionados com a gestão financeira da Instituição.

2. Sobre o Relatório apresentado pelo CA, considera que descreve com objetividade a evolução da atividade do CPFAE, reflete com rigor a sua situação patrimonial e financeira e, ainda, que as demonstrações financeiras anexas ao mesmo estão conforme o previsto na legislação aplicável e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

3. O Conselho continuou a manifestar apreensão pelas consequências que poderão advir para o CPFAE em virtude das medidas do Governo que afetam especialmente os rendimentos dos trabalhadores ou aposentados do sector público em termos da sua redução, bem como as alterações ao referido sector, no sentido da sua estagnação e ou diminuição, com reflexos na admissão de novos associados. Por isso, reitera a recomendação ao CA visando acompanhar de perto a situação por forma a minimizar eventuais situações gravosas para a Instituição.

4. O Conselho registou a manutenção do esforço do CA no sentido da dinamização da gestão do CPFAE em ordem ao aumento da sua visibilidade para o exterior, da rentabilidade dos serviços prestados e da excelência da qualidade dos mesmos, destacando os seguintes aspetos:

4.1. Aumento, relativamente a 2013, das prestações de serviço em 12,9% devido, fundamentalmente à melhoria da ocupação dos Centros de Lazer do Vau (+5,5%), da Quinta de Santa Iria (+ 7,3%), da Residência Sénior de Vila Fernando (+16,39%), e à ocupação plena das Residências Universitárias de Lisboa e do Porto.

4.2. Diminuição, relativamente ao exercício anterior, do défice, designadamente na Residência Sénior de Vila Fernando (-10%), Residência Universitária do Porto (-11,3%) e Centro de Lazer do Vau (- 97%).

4.3. Incremento da comunicação com os sócios através de suporte informático (folha informativa e visitas ao sítio do Cofre).

4.4. Assumpção, sem quebra de ritmo, dos apoios aos sócios e dos subsídios por eles usufruídos, nomeadamente no que se refere a reembolsos de vencimentos perdidos por motivo de doença, financiamentos para aquisição de habitação própria e para obras, subsídios reembolsáveis, bolsas de estudo e sénior, subsídios por morte e rendas vitalícias.

5. O resultado líquido negativo do exercício em análise, - 1.909.826,61€, mereceu atenção por parte do Conselho, em especial os gastos que contribuíram para que o resultado negativo em causa fosse superior ao do exercício anterior, designadamente: com fornecimento e serviços externos, com o pessoal, com os benefícios de previdência social e com o ajustamento para as dívidas de cobrança duvidosa.

Sem prejuízo de recomendar ao CA a tomada de medidas que invertam a situação, o Conselho teve em conta as explicações aduzidas no Relatório para o aumento relativamente aos gastos com “fornecimentos e serviços externos”, alteração da periodicidade da Revista, que passou de trimestral para bimensal; com o “pessoal”, devido ao aumento de contratações nos períodos sazonais nos Centros de Lazer do Vau e da Covilhã; com “benefícios de previdência social”, em que está incluída a provisão calculada em estudo de atuarial, que passou para 1.618.802,85€ em 2014 contra 527.813,00€ em 2013.

6. Sobre os gastos, o Conselho debruçou-se sobre:

6.1. Os reembolsos de vencimentos perdidos por motivo de doença, tendo entendido que os montantes pagos tendem a ser inoportunos para o Cofre (em 2014 o montante foi de 365.146,95€, mais 170.000,05€ ou 87,95% do que no exercício anterior). Neste sentido, recomenda ao CA que estude a aplicação de medidas que evitem a subida exponencial dos pagamentos em causa, que deverão entrar em vigor no início de 2016.

6.2. As despesas com o pessoal, recomendando ao CA medidas visando a criação de um quadro de pessoal correspondendo às necessidades objetivas, aliás, a partir da sua meritória iniciativa respeitante ao levantamento de funções, e ainda tornar objetivo, isto é,

efetivamente ligado à produtividade, o respetivo prémio, alterando, se necessário for, o regulamento do prémio.

7. O Conselho, a exemplo do que registou no Parecer relativo ao exercício anterior, continuou a considerar preocupante o montante relativo a dívidas dos sócios em situação de contencioso, pelo que reitera a recomendação efetuada no mesmo, ou seja, a especial atenção do CA para este assunto, no prosseguimento do esforço que já encetou através do Departamento de Consultoria Jurídica.

8. O Conselho, face aos resultados negativos das Residências Sêniores e Universitárias, reitera a recomendação já efetuada no Parecer relativo ao exercício de 2013, no sentido de se conseguir um equilíbrio entre os rendimentos e os gastos, sendo de encarar, relativamente às primeiras, preços diferenciados consoante os rendimentos dos utentes.

9. Face aos resultados da reavaliação das propriedades de investimento, que apresentam um valor para menos sem grande significado, o Conselho considera que não devem ser refletidos no balanço; já quanto às reavaliações dos prédios afetos a atividades próprias do Cofre, que apresentam um valor para menos significativo, o Conselho considera que deve ser mandada efetuar uma nova reavaliação e só então considerar a sua inclusão no balanço do próximo exercício.

10. O Conselho analisou a atuação do CA na gestão do CPFAE e o rigor com que aplicou o Orçamento aprovado para 2014 e entendeu ainda:

- Expressar o seu reconhecimento pela continuação do esforço permanente de melhoria das condições destinadas ao bem-estar dos utentes das Residências Sêniores e das Residências Universitárias;

- Congratular-se com a valorização do Património da Instituição, designadamente com os investimentos efetuados na Quinta de Sta. Iria (Pavilhão Multiusos, Planetário e desenvolvimentos feitos na quinta propriamente dita) e continuação da renovação e restauração em todo o património em que foi necessário, evitando a deterioração do mesmo como durante anos se verificou.

11. Em conclusão, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório e Contas relativamente ao exercício de 2014;

- Emita um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma empenhada como tem conduzido a gestão do CPFAE, e em especial ao seu Presidente pela dedicação praticamente exclusiva que continua a dedicar à Instituição e pela forma como tem resolvido os problemas com que esta se defronta no dia-a-dia.

Lisboa, 9 de Abril de 2015

O Conselho Fiscal

Elder Carlos de Sousa Fernandes

Hilário Estêvão Cochicho Modas

José Alexandre Aleixo Ramalho